



**AS RAZÕES  
DO DIREITO**  
Teoria da Argumentação Jurídica

2ª edição

---

**MANUEL ATIENZA**

---

Tradução Maria Cristina Guimarães Cupertino



Rio de Janeiro

A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição, aí compreendidas a impressão e a apresentação, a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo. Os vícios relacionados à atualização da obra, aos conceitos doutrinários, às concepções ideológicas e referências indevidas são de responsabilidade do autor e/ou atualizador.

As reclamações devem ser feitas até noventa dias a partir da compra e venda com nota fiscal (interpretação do art. 26 da Lei n. 8.078, de 11.09.1990).

Traduzido de:

Las Razones del Derecho: Teorías de la Argumentación Jurídica

Copyright © Manuel Atienza

All rights reserved.

**As Razões do Direito: Teorias da Argumentação Jurídica**

ISBN 978-85-309-5100-9

Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2014 by

**FORENSE UNIVERSITÁRIA um selo da EDITORA FORENSE LTDA.**

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 - 6º andar - 20040-040 - Rio de Janeiro - RJ

Tel.: (0XX21) 3543-0770 - Fax: (0XX21) 3543-0896

bilacpinto@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

2ª edição - 2014

Tradução de *Maria Cristina Guimarães Cupertino*

CIP - Brasil. Catalogação-na-fonte.

Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

A888r

2. ed.

Atienza, Manuel

As razões do direito: teoria da argumentação jurídica/Manuel Atienza; tradução Maria Cristina Guimarães Cupertino. 2. ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.  
il.

Tradução de: Las razones del derecho: teorías de la argumentación jurídica  
Inclui bibliografia  
ISBN 978-85-309-5100-9

1. Hermenêutica (Direito). 2. Direito Filosofia. I. Título.

# Sumário

NOTA PRELIMINAR.....	IX
Capítulo 1: DIREITO E ARGUMENTAÇÃO .....	1
1. Introdução .....	1
2. O âmbito da argumentação jurídica .....	2
3. Contexto de descoberta e contexto de justificação. Explicar e justificar .....	5
4. O conceito de validade dedutiva.....	10
5. Correção formal e correção material dos argumentos.....	16
6. Silogismo teórico e silogismo prático .....	18
7. Argumentos dedutivos e não dedutivos.....	21
8. O silogismo judicial e seus limites .....	25
9. Aspectos normativos e fáticos da argumentação jurídica .....	29
10. Justificação interna e justificação externa.....	32
11. Lógica jurídica e argumentação jurídica .....	33
Capítulo 2: A TÓPICA E O RACIOCÍNIO JURÍDICO .....	37
1. O contexto do surgimento da tópica jurídica.....	37
2. Theodor Viehweg: uma concepção tópica do raciocínio jurídico .....	40
2.1. O desenvolvimento histórico da tópica.....	40
2.2. Características da tópica.....	42
2.3. Tópica e jurisprudência .....	44
3. Considerações críticas.....	47
3.1. Impressões conceituais .....	47
3.2. A fortuna histórica da tópica e da lógica .....	49
3.3. Tópica e justiça.....	50
3.4. Uma teoria da argumentação jurídica? .....	50
3.5. Sobre o desenvolvimento da tópica jurídica.....	51
3.6. Sobre o caráter descritivo e prescritivo da tópica .....	52
3.7. O que resta da tópica jurídica? .....	53

Capítulo 3: PERELMAN E A NOVA RETÓRICA.....	55
1. O surgimento da nova retórica.....	55
2. A concepção retórica do raciocínio jurídico.....	58
2.1. Lógica e retórica.....	58
2.2. Os pressupostos da argumentação.....	60
2.3. O ponto de partida da argumentação.....	62
2.4. As técnicas argumentativas.....	65
2.4.1. Classificação dos argumentos.....	65
2.4.2. Argumentos quase lógicos.....	67
2.4.3. Argumentos baseados na estrutura do real.....	69
2.4.4. Argumentos que dão a base para a estrutura do real....	71
2.4.5. Argumentos de dissociação.....	73
2.4.6. Interação e força dos argumentos.....	74
3. A lógica jurídica como argumentação.....	76
4. Uma avaliação crítica da teoria de Perelman.....	79
4.1. Uma teoria da razão prática.....	79
4.2. Crítica conceitual.....	81
4.2.1. Sobre a classificação dos argumentos.....	81
4.2.2. Sobre a força dos argumentos.....	82
4.2.3. O auditório universal.....	83
4.3. Crítica ideológica.....	86
4.4. Crítica da concepção do Direito e do raciocínio jurídico.....	90
4.4.1. O conceito de positivismo jurídico.....	90
4.4.2. A concepção tópica do raciocínio jurídico.....	93
4.4.3. Direito e retórica.....	93
4.4.4. A retórica geral e a retórica jurídica.....	94
4.4.5. Dedução e argumentação.....	96
4.5. Conclusão.....	97
Capítulo 4: A TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO DE TOULMIN.....	99
1. Uma nova concepção da lógica.....	99
2. Uma concepção não formal da argumentação.....	101
2.1. Introdução. O que significa argumentar?.....	101
2.2. O modelo simples de análise dos argumentos.....	103
2.3. O modelo geral. A força dos argumentos.....	106
2.4. Tipos de argumentos.....	109
2.5. Tipos de falácias.....	115
2.6. A argumentação jurídica.....	117
3. Avaliação crítica da concepção de Toulmin.....	121
3.1. Uma superação da lógica?.....	122
3.2. A contribuição de Toulmin para uma teoria da argumentação	127

Capítulo 5: NEIL MACCORMICK: UMA TEORIA INTEGRADORA DA ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA .....	131
1. Introdução .....	131
1.1. A teoria padrão da argumentação jurídica .....	131
1.2. Argumentação prática e argumentação jurídica segundo MacCormick. Proposição geral.....	133
2. Uma teoria integradora da argumentação jurídica .....	136
2.1. A justificação dedutiva .....	136
2.2. Pressupostos e limites da justificação dedutiva. Casos fáceis e casos difíceis .....	139
2.3. A justificação nos casos difíceis. O requisito de universalidade	143
2.4. A justificação de segundo nível. Consistência e coerência....	146
2.5. Os argumentos consequencialistas .....	153
2.6. Sobre a tese da única resposta correta. Os limites da racionalidade prática.....	157
3. Crítica à teoria da argumentação jurídica de MacCormick.....	163
3.1. Sobre o caráter dedutivo do raciocínio jurídico.....	163
3.1.1. A reconstrução em termos lógicos do raciocínio judicial	163
3.1.2. Insuficiência da lógica proposicional.....	164
3.1.3. Dedução e consistência normativa.....	165
3.1.4. O que significa subsumir? .....	166
3.1.5. Dedução e conceitos indeterminados.....	168
3.1.6. Necessidade lógica e poder discricionário judicial.....	169
3.1.7. Os juízos de valor no raciocínio judicial .....	169
3.1.8. Verdade e Direito.....	172
3.1.9. Inferências normativas. Norma e proposição normativa	173
3.1.10. É necessária uma lógica das normas? .....	174
3.1.1.1. O âmbito da dedução.....	176
3.2. Uma análise ideológica da teoria .....	177
3.2.1. O âmbito da argumentação.....	177
3.2.2. Poder-se-iam justificar decisões <i>contra legem</i> ? .....	178
3.2.3. Conflitos entre os diversos requisitos da racionalidade.	179
3.2.4. “Justiça de acordo com o Direito” .....	180
3.3. Sobre os limites da razão prática.....	180
3.3.1. Discordâncias teóricas e discordâncias práticas .....	180
3.3.2. O pluralismo axiológico e seus limites.....	182
3.3.3. O espectador imparcial.....	183
Capítulo 6: ROBERT ALEXYS: A ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA COMO DISCURSO RACIONAL .....	185
1. Introdução .....	185
1.1. Proposição geral: argumentação prático-geral e argumentação jurídica .....	185
1.2. A teoria do discurso de Habermas.....	187

2. A teoria da argumentação jurídica de Alexy.....	192
2.1. A teoria do discurso como teoria do procedimento. Fundamentação das regras do discurso.....	192
2.2. As regras e formas do discurso prático geral.....	195
2.2.1. As regras fundamentais.....	195
2.2.2. As regras da razão.....	196
2.2.3. As regras sobre a carga da argumentação.....	196
2.2.4. As formas dos argumentos.....	197
2.2.5. As regras de fundamentação.....	199
2.2.6. As regras de transição.....	201
2.3. Os limites do discurso prático geral.....	201
2.4. O discurso jurídico como caso especial do discurso prático geral. A teoria da argumentação jurídica.....	204
2.4.1. Regras e formas da justificação interna.....	204
2.4.2. Regras e formas da justificação externa.....	206
2.4.2.1. Regras e formas da interpretação.....	207
2.4.2.2. Regras da argumentação dogmática.....	210
2.4.2.3. Regras sobre o uso dos precedentes.....	211
2.4.2.4. Formas de argumentos jurídicos especiais.....	212
2.5. Os limites do discurso jurídico. O Direito como sistema de normas (regras e princípios) e de procedimentos.....	213
3. Uma crítica à teoria da argumentação jurídica de Alexy.....	219
3.1. Crítica à teoria do discurso em geral.....	219
3.1.1. Sobre o caráter de procedimento da teoria da verdade ou da correção.....	220
3.1.2. Sobre o caráter comunicativo da fundamentação dos enunciados práticos.....	223
3.1.3. Sobre os limites do consenso.....	229
3.1.4. Sobre a fundamentação das regras do discurso.....	232
3.2. Críticas à teoria do discurso jurídico.....	236
3.2.1. Aspectos conceituais. Sobre a pretensão de correção.....	237
3.2.2. O alcance da teoria.....	245
3.2.3. Crítica ideológica.....	249
 Capítulo 7: PROJETO DE UMA TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA.....	 253
1. Introdução.....	253
2. O objeto da teoria.....	254
3. Problemas metodológicos.....	258
3.1. Representação da argumentação.....	259
3.2. Critérios de correção.....	268
4. As funções da teoria da argumentação jurídica.....	269
 BIBLIOGRAFIA.....	 275